

a partir de 1823 e/ou experimentada a quente durante a Guerra Civil, a politização pelo campo miguelista foi episódica e superficial, não resistindo muito tempo à mudança de contexto histórico" (p. 565), "aquilo que foi designado de "miguelismo popular" (...) manifestou(-se) afinal como um fenómeno pouco profundo e pouco duradouro que não resistiu à Regeneração e quase não ultrapassou os meados do século" (p. 21).

Dito isto, a obra comentada constitui um bom roteiro para uma das dimensões relevantes, e frequentemente esquecidas, do processo de implantação do liberalismo.

UNIÃO SAGRADA E SIDONISMO

Portugal em Guerra (1916-18)

[Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa, Edições Cosmos, 333 pp., 2000]

Manuel Baião

O livro que aqui se apresenta é uma adaptação de uma tese de doutoramento (*The failure of the Portuguese First Republic: An analysis of wartime political mobilization*) apresentada no *Trinity College* de Dublin em 1996.

A I Guerra Mundial é um acontecimento de capital importância na história europeia e na história portuguesa. Enquanto guerra total, a Grande Guerra, já mereceu em Portugal estudos de história militar, de política externa e estudos que relacionam a política externa com a política interna. Filipe de Meneses pretendeu com esta investigação preencher uma importante lacuna na historiografia portuguesa ao estudar o conceito de "mobilização política", "partindo de uma perspectiva comparada com outras experiências nacionais na Europa" (Nuno Severiano Teixeira, Prefácio, p. 12). Os Estados tiveram de esclarecer os cidadãos porque estavam em guerra e quem era o inimigo, ao mesmo tempo que se viram obrigados a limitar o acesso à informação. Por outro lado, como a guerra foi prolongada tiveram de criar campanhas mais sofisticadas para manter o desejo de triunfo, usando diversas técnicas e materiais de propaganda e envolvendo várias instituições da sociedade civil e religiosa (Introdução, pp. 21-38). O profundo conhecimento que o autor demonstra sobre a política interna dos países que participaram na I Guerra Mundial permite-lhe uma mais fácil comparação com o caso português, realçando a sua especificidade. Esta mais valia da sua tese é, certamente, fruto das inegáveis qualidades do autor e da sua inserção na comunidade académica internacional (actualmente lecciona na *National University of Ireland, Maynooth*) e da orientação que pode receber, dado que o seu orientador, John Horne, é um destacado académico europeu com trabalhos publicados sobre a política interna durante a I Guerra Mundial (Cfr., John Horne (éd), *State, Society, and Mobilization in Europe during the First World War*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997).

Filipe Meneses demonstra neste livro que "o estudo da política interna dos

país
pela
ção
cum
prin
Uni
inte
nos,
ções
ropa
con
Den
Dez

mer
da
Arq
no
gère
te ú
elab
sess
cliv
com
nist
do
lar
dad

pol
ção
ter
de
ção
na
ção
cen
nã
gué
no,
ciec

liza
me
laç

países beligerantes é essencial para o entendimento da determinação demonstrada pelas populações civis durante a Primeira Guerra Mundial". De facto, a mobilização "permitiu aos beligerantes capturar e canalizar as energias nacionais para o cumprimento dos respectivos objectivos bélicos" (p. 21). O autor concentra-se principalmente no "estudo da campanha de mobilização política dos governos da União Sagrada [e dos organismos que os apoiaram], explorando as justificações da intervenção portuguesa no conflito apresentadas perante a nação por esses Governos, a maneira como foram tornadas públicas, o debate gerado por essas justificações, e as consequências desse debate, incluindo esse todo no contexto de uma Europa em guerra" (p. 23). Por outro lado, procura ainda estudar a "campanha de contra mobilização travada por todo os inimigos da República — e do partido Democrático — de forma a melhor entender as causas do colapso da República em Dezembro de 1917 e a natureza do regime sidonista que lhe seguiu" (p. 38).

As principais fontes utilizadas nesta investigação foram os testemunhos e as memórias de combatentes e observadores da vida política portuguesa, imprensa da época, e as fontes depositadas no Arquivo da Assembleia da República, no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo Nacional Torre do Tombo e no Arquivo do *Ministère des Affaires Etrangères* em Paris. De particular relevância são os documentos inéditos revelados deste último arquivo que trazem interessantes análises sobre a sociedade portuguesa elaboradas pelos diplomatas franceses. Merecem destaque também os debates das sessões secretas da Câmara dos Deputados em Julho de 1917 que demonstram as clivagens existentes nas forças políticas portuguesas relativamente à guerra, bem como as informações recolhidas no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo do Ministério do Interior. No primeiro, são de destacar alguns documentos reveladores do "estado de espírito" das forças armadas na Flandres e no segundo têm particular importância as informações recolhidas pelas autoridades locais sobre as actividades subversivas de contra-mobilização, de pilhagem e de deserção.

No capítulo introdutório são analisadas as diversas formas de mobilização política utilizadas pelos Estados beligerantes como meio de preparar as populações para a Grande Guerra. Portugal entrou tardiamente na guerra, o que poderia ter representado uma oportunidade para o governo preparar melhor a campanha de mobilização para o conflito, dado o conhecimento que possuía sobre as condições nas trincheiras e sobre as campanhas de propaganda que estavam a decorrer na Europa. No entanto, Portugal entrou debilitado na contenda. Vivía uma situação interna pós-revolucionária, fruto da instauração de um regime republicano recente, com uma violência política interna e uma instabilidade política enorme que não tinham permitido consolidar a democracia. Por outro lado, o governo português ao forçar a intervenção no conflito quebrou o já difícil consenso político interno, o que veio a acentuar as profundas clivagens/fracturas existentes dentro da sociedade portuguesa.

No primeiro capítulo Filipe de Meneses analisa as *dificuldades inerentes à mobilização política em Portugal*. Estas dificuldades passavam pela lentidão do alargamento da cidadania em Portugal, pelas dificuldades económicas, pelas difíceis relações com o mundo sindical, pelo atraso militar, pela impossibilidade de criar

consensos entre republicanos, pela ameaça monárquica e por último, pela posição dúbia da nossa aliada, a Grã-Bretanha, relativamente à nossa intervenção no conflito.

No capítulo seguinte, *finalmente em guerra*, o autor examina as circunstâncias "pouco mobilizadoras" que levaram Portugal para o conflito.

No terceiro capítulo, *a propaganda de guerra em Portugal, 1916-17*, são descritos os meios que o governo e os particulares utilizaram para promoverem a mobilização política em torno da participação na Grande Guerra. Filipe Meneses concluiu que a participação do governo no esforço de propaganda foi insuficiente e fracassou, dado que a guerra na Europa não se transformou "numa causa genuinamente nacional e popular" (p. 124). As técnicas e os materiais produzidos (essencialmente discursos e literatura) eram incompreensíveis para a maioria da população, não foram utilizados os meios de comunicação modernos, como o cinema, e nem os cartazes foram explorados. A rede escolar foi negligenciada e não se procurou a colaboração com a Igreja. Embora, algumas organizações tenham tido um papel assinalável, como a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Junta Nacional de Propaganda e a Junta Patriótica do Norte, a sua acção foi limitada e muito conotada com o Partido Democrático.

Esta incapacidade do governo mobilizar e unir o país para a intervenção na Europa levou o executivo da (dita) União Sagrada a ter de suportar sérias dificuldades na sua política belicista (capítulos IV a VI). A contra-mobilização cresceu tanto à esquerda com à direita, de sindicalistas a monárquicos passando por republicanos adversários dos democráticos, todos se uniram tacticamente contra a guerra e contra a República de Afonso Costa (capítulo VII).

A incapacidade de promover a política intervencionista deixou o governo nas mãos da contra-revolução, que com o alastramento da crise económica tinha campo aberto para canalizar o descontentamento das populações contra os democráticos e contra a guerra na Europa. Portanto, o golpe sidonista só pode ser entendido "no duplo contexto da guerra e da oposição aos democráticos, que impunha uma reformulação completa do princípio da legitimidade política de forma a que esta não se fundasse na simples expressão numérica do eleitorado" (p. 220). A Nova República representa a tentativa de institucionalizar um regime com características novas relativamente à República Velha, com a introdução do corporativismo, do culto do chefe em torno de Sidónio Pais e da tentativa de formar um partido único (Partido Nacional Republicano) que pudesse reconciliar novamente a "família portuguesa" (capítulo VIII). No entanto, a união que tinha levado Sidónio ao poder acabaria por se quebrar "à esquerda, com a greve geral de Novembro e à direita com a formação das juntas militares" (p. 245). Filipe de Meneses conclui a análise do Sidonismo argumentando que embora se possa inserir no contexto da crise do liberalismo faz mais sentido compará-lo com o "28 de Maio" e com a Ditadura Salazarista do que com os regimes de Primo de Rivera e Mussolini.

O autor termina a sua obra analisando o grau de mobilização e coesão do *Corpo Expedicionário Português em França* e conclui que esta, aquando da batalha de *La Lys*, já "tinha desaparecido há muito tempo, se é que alguma vez tivesse existido" (p. 268).

Este último militar. De facto, e a política interna de batalha pública Guerra Mundial. mas da nova história na Guerra.

Uma das lições portuguesas na I para além de um sentimento de identidade militar duradour Grã-Bretanha e F gação o sacrifício existia (Áustria-I tervenção na gue se identificava o (Grã-Bretanha e para a guerra se gria, Rússia e Al

O livro de F participação por tivo de política i dial falhou: não leais e convictos problemas inter ção. Já os objecti ram parcialmente vem República, que "o empenha pos da Flandres, Alves da Fraga, Lisboa, Univers

Doravante grafia sobre a pa tica da I Repúbli dologia que util conceito de mob desse ter explor vel, utilizando p Villaverde Cabr

Este último pequeno capítulo deixou-nos ansiosos por um retorno à história militar. De facto, depois do aparecimento de novos estudos sobre a política externa e a política interna durante a Grande Guerra, falta regressar novamente ao campo de batalha publicando uma história militar sobre a participação de Portugal na I Guerra Mundial. Não só abarcando os temas da história militar clássica mas os temas da nova história militar, como a psicologia do combatente, a violência e a dor na Guerra.

Uma das lições essenciais que este livro nos traz ao analisar a participação portuguesa na I Guerra Mundial é realçar o facto de num conflito prolongando para além de uma estrutura militar e económica consistente é necessário um forte sentimento de identificação da população com o Estado para garantir um esforço militar duradouro, eficiente e fiel. Nos países onde esse sentimento existia, casos da Grã-Bretanha e França, e em parte na Alemanha, os cidadãos aceitaram com abnegação o sacrifício que a guerra lhes impunha. Nos países onde esse sentimento não existia (Áustria-Hungria, Rússia, Itália e Portugal) os governos que forçaram a intervenção na guerra encontraram forte resistência por parte da sociedade que não se identificava com aquela guerra e com aquele Estado. Por outro lado, os países (Grã-Bretanha e França) que souberam utilizar meios de mobilização modernos para a guerra sem recorrer sistematicamente a métodos coercivos (Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha) tiveram também maiores êxitos.

O livro de Filipe de Meneses parece transparecer um balanço negativo sobre a participação portuguesa no primeiro conflito mundial. De facto, o principal objectivo de política interna que presidiu à participação de Portugal na I Guerra Mundial falhou: não foi possível transformar os cidadãos nacionais em republicanos leais e convictos através da manipulação dos sentimentos patrióticos devido aos problemas internos do próprio regime republicano e à acção da contra-mobilização. Já os objectivos externos, embora não fossem suficientemente alcançados, foram parcialmente atingidos, permitindo uma maior afirmação internacional da jovem República, o que entusiasma hoje alguns historiadores ao ponto de afirmarem que "o empenhamento militar de cerca de cinquenta e cinco mil homens nos campos da Flandres, entre Janeiro de 1917 e Novembro de 1918, valeu a pena" (Manuel Alves da Fraga, *O Fim da ambiguidade. A estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001).

Doravante este livro irá tornar-se uma referência incontornável na historiografia sobre a participação de Portugal na I Guerra Mundial e sobre a história política da I República devido à sólida base documental (parcialmente inédita), à metodologia que utilizou e aos princípios teóricos inovadores articulados em torno do conceito de mobilização política numa perspectiva comparada. O autor talvez pudesse ter explorado um pouco melhor a escassa bibliografia portuguesa disponível, utilizando por exemplo, alguns trabalhos de Vasco Pulido Valente e Manuel Villaverde Cabral na sua tese.